

## HABEAS CORPUS 206.351 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN  
PACTE.(S) : MARCOS ANTÔNIO PEREIRA GOMES  
IMPTE.(S) : VITOR HUGO DE ARAUJO ALMEIDA E  
OUTRO(A/S)  
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO INQ Nº 4.874 DO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL

**Decisão:** Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra decisão monocrática, proferida no âmbito do STF, que decretou prisão preventiva do paciente Marcos Antônio Pereira Gomes nos autos do INQ 4.874/DF.

Em breve síntese, pede que seja concedido ao paciente o benefício de aguardar a persecução penal em liberdade, mediante termo de comparecimento a todos os atos, com a expedição do respectivo salvo-conduto, tendo em vista que a prisão deve ser utilizada como *ultima ratio* e “*não há mais o eventual risco de cometimento de novos crimes por parte do paciente, uma vez que o feriado de 7 de setembro inclusive já passou e transcorreu dentro da normalidade democrática*”.

É o relatório. **Decido.**

### **1. A via eleita não é adequada.**

Incognoscível *habeas corpus* voltado contra decisão proferida por Ministro do Supremo Tribunal Federal ou por uma de suas Turmas, seja em recurso ou em ação originária de sua competência.

A aplicação analógica do verbete consolidado na Súmula n. 606 do Supremo Tribunal Federal encontra-se já assentada na jurisprudência do Pleno desta Corte, em **julgamentos tanto presenciais quanto virtuais**, no sentido, inclusive, de não admitir a impetração de *writ* originário para o colegiado maior, quando inquinando como ato coator *decisum* oriundo de seus órgãos fracionários ou de ordem unipessoal de quaisquer dos Ministros integrantes desta Suprema Corte.

Nessa linha: HC 181.680 AgR, Relator(a) Min. Rosa Weber, Tribunal Pleno, julgado em sessão virtual de 08.05.2020 a 14.05.2020; HC 167682 AgR, Relator(a) Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgamento virtual de 14.06.2019 a 21.06.2019; HC 137.701 AgR, Relator(a): Min. Dias Toffoli,

## HC 206351 / DF

Tribunal Pleno, julgado presencialmente em 15.12.2016; HC 105.959, em que fui designado Redator para o acórdão, Tribunal Pleno, em julgamento presencial, ocorrido em 17.02.2016. HC 193.894 AgR, Relator (a) Min. Nunes Marques, 2ª Turma, julgado em sessão virtual de 12.02.2021 a 23.2.2021.

Ainda a esse respeito, colaciono precedente de minha relatoria:

*“AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO DE MINISTRO RELATOR DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DESCABIMENTO. NÃO CONHECIMENTO. 1. Não cabe pedido de habeas corpus originário para o Tribunal Pleno contra ato de Ministro ou outro órgão fracionário da Corte. 2. Agravo regimental desprovido.” (HC 129.802/CE, Rel. Min. Edson Fachin, Tribunal Pleno, julgado em 18.12.2016)*

Nesse sentido, inclusive, o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República pronunciou-se nos autos do HC 205.655/DF, impetrado contra decisão monocrática do Ministro Alexandre de Moraes que havia decretado, nos autos da PET 9.844/DF, a prisão preventiva de Roberto Jefferson Monteiro Francisco.

Assim, em razão da intransponibilidade de tais obstáculos, a impetração não merece conhecimento, sendo manifestamente incabível.

**2. Posto isso, com fulcro no art. 21, §1º, do RISTF, não conheço do habeas corpus.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 10 de setembro de 2021.

**Ministro Edson Fachin**

Relator

*Documento assinado digitalmente*